

AUGUSTO ARAS

FIDELIDADE PARTIDÁRIA
EFETIVIDADE E APLICABILIDADE



Rio de Janeiro
2016

1ª edição – 2016

© *Copyright*
Augusto Aras

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

A685f

Aras, Augusto

Fidelidade partidária: efetividade e aplicabilidade / Augusto Aras. - 1. ed. - Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016.

706 p.; 24 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-62027-89-5

1. Partidos políticos - Brasil - História. 2. Disciplina partidária - Brasil. 3. Partidos políticos - Legislação - Brasil. I. Título.

16-32676

CDU: 329(81)

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/1998).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela

GZ EDITORA

e-mail: contato@editoragz.com.brwww.editoragz.com.br

Av. Erasmo Braga, 299 – sala 202 – 2º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20010-170

Tels.: (0XX21) 2240-1406 / 2240-1416 – Fax: (0XX21) 2240-1511

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i>	V
<i>Prefácio</i>	IX
<i>Apresentação</i>	XI

Introdução	1
------------------	---

Capítulo I A Democracia Participativa

1. Introdução.....	5
2. Da Grécia à Democracia Participativa.....	10
2.1. Democracia na Grécia	10
2.2. Democracia em Roma	11
2.3. Democracia Moderna	12
2.4. Democracia Participativa	16
3. Grau de “Participação”	17
4. Participação: Democracia Direta, Democracia Representativa e Democracia Semidireta	18
5. Democracia Participativa e a Constituição Federal de 1988.....	21
6. O Papel da Mídia na Democracia Participativa	24
7. A Democracia e a Proteção aos Direitos Humanos à Luz da Constituição Federal de 1988.....	28
8. Democracia Participativa, Cidadania e Educação	31
9. Crítica: Democracia Participativa como Mecanismo de Reação ao Neoliberalismo ..	34
10. Vanguarda da Democracia: Orçamento Participativo	35
11. Realidade da Democracia Representativa no Brasil	37
12. Legitimidade Material e Formal (Legalidade)	39

Capítulo II Representação Política

1. A Inviabilidade da Democracia Direta e o Surgimento do Regime Representativo...	47
2. Representação Política.....	49
2.1. Origem e Conceito	49
2.2. O Ancien Régime e o Mandato Imperativo	53
2.3. O Estado Liberal e o Mandato Representativo.....	58
3. A Representação Política no Pós-Liberalismo: Mandato Imperativo Partidário	65

4. A Natureza da Representação e o Mandato Eleitoral	68
5. A Responsabilidade Política Decorrente do Mandato	71
6. Representação e Partidos Políticos	74
7. Representação Realista. Mandato Representativo Partidário. Um novo Modelo Adequado à Pós-Modernidade	76

Capítulo III Sistemas Eleitorais e Partidários

1. Considerações iniciais.....	91
2. Direitos Políticos Positivos	93
3. Direito de Sufrágio.....	95
3.1. O Sufrágio	96
3.2. O Voto e o Escrutínio.....	97
4. Eleição.....	99
5. Sistemas Eleitorais.....	100
6. O Sistema Majoritário.....	103
7. Sistema Proporcional	108
8. O Sistema Misto.....	116
9. Sistemas Eleitorais: Perspectivas	119
10. A Fidelidade Partidária como Instituto Capaz de Amenizar as Distorções dos Sistemas Eleitorais.....	122
11. Sistemas Partidários	123

Capítulo IV Partidos Políticos

1. Conceito	127
2. Função	133
3. Classificação	133
4. Garantias Constitucionais dos Direitos de Reunião e de Associação.....	135
5. Os Vínculos Psicológico, Sociológico e a Unidade dos Partidos Políticos	138
6. A Filiação Partidária	140
7. A Autonomia dos Partidos Políticos	142
7.1. Autonomia Partidária e Matéria <i>Interna Corporis</i>	149
7.2. Autonomia, Fidelidade, Disciplina e Aplicação de Sanções Partidárias	153
7.3. Autonomia Partidária e Processo Disciplinar.....	155
8. O Controle Jurisdicional dos Atos Partidários.....	157
8.1. A Motivação das Decisões Partidárias	161

Capítulo V Aspectos Gerais da Fidelidade Partidária

1. Introdução	166
2. Cidadania, Verdade Eleitoral e Fidelidade Partidária	167

2.1. Cidadania: Quem Pode ser Eleitor e Quem Pode ser Candidato?	167
2.2. Verdade Eleitoral.....	171
3. Fidelidade Partidária	176
3.1. Abandono do Partido e Descumprimento de Diretrizes Partidárias	176
3.2. Descumprimento das Diretrizes Estabelecidas pelos Órgãos Partidários	179
3.3. A Infidelidade Partidária no Brasil.....	181
4. Breve Histórico sobre os Partidos Políticos no Brasil.....	192
4.1. Caráter Abstrato da Representação no Brasil	195
4.2. Distorções do Sistema Representativo.....	203
4.3. Alianças Partidárias e Verticalização das Coligações	206
5. A Fidelidade nos Estatutos Partidários	218
5.1. Partidos Políticos Registrados no Tribunal Superior Eleitoral	220
5.1.1. Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB	222
5.1.2. Partido Trabalhista Brasileiro – PTB	223
5.1.3. Partido Democrático Trabalhista – PDT	225
5.1.4. Partido dos Trabalhadores – PT	225
5.1.5. DEMOCRATAS – DEM (ex-PFL)	226
5.1.6. Partido Comunista do Brasil – PCdoB	228
5.1.7. Partido Socialista Brasileiro – PSB	229
5.1.8. Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB	230
5.1.9. Partido Trabalhista Cristão – PTC	231
5.1.10. Partido Social Cristão – PSC	231
5.1.11. Partido da Mobilização Nacional- PMN.....	231
5.1.12. Partido Republicano Progressista – PRP	232
5.1.13. Partido Popular Socialista – PPS	233
5.1.14. Partido Verde – PV	233
5.1.15. Partido Trabalhista do Brasil – PT do B	234
5.1.16. Partido Progressista – PP	235
5.1.17. Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU	235
5.1.18. Partido Comunista Brasileiro – PCB	237
5.1.19. Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB	237
5.1.20. Partido Humanista da Solidariedade – PHS.....	238
5.1.21. Partido Social Democrata Cristão – PSDC	238
5.1.22. Partido da Causa Operária – PCO	239
5.1.23. Partido Trabalhista Nacional – PTN	239
5.1.24. Partido Social Liberal – PSL	240
5.1.25. Partido Republicano Brasileiro – PRB	241
5.1.26. Partido Socialismo e Liberdade – PSOL	242
5.1.27. Partido da República – PR	243
5.1.28. Partido Social Democrático – PSD	244

5.1.29. Partido Pátria Livre – PPL	244
5.1.30. Partido Ecológico Nacional – PEN	245
5.1.31. Partido Republicano da Ordem Social – PROS	246
5.1.32. Solidariedade – SD	247
5.1.33. Partido Novo – NOVO	248
5.1.34. Rede Sustentabilidade – REDE	250
5.1.35. Partido da Mulher Brasileira – PMB	251
6. A Fidelidade Partidária no Brasil e em Outros Países	252
6.1. Estados Unidos e Inglaterra	253
6.2. Alemanha e França	256
6.3. Brasil.....	257
7. Outras Considerações	261

Capítulo VI

Fidelidade Partidária e Perda do Mandato no Brasil

1. Apresentação	267
2. Migração Partidária e Distorção do Sistema Representativo	271
3. Sistema de Proteção Partidária	277
3.1. Fidelidade Partidária e o Princípio Republicano	277
3.2. Fidelidade Partidária e o Princípio Federativo	285
4. Eficácia e Aplicabilidade das Normas Constitucional e Estatutária	296
5. Fidelidade Partidária: Perda do Mandato	306
5.1. Quem é o titular do Mandato ou Cargo Eletivos? O Parlamentar, o Chefe do Executivo ou o Partido Político?	306
5.1.1. Evolução do Mandato Político.....	306
5.1.2. O Estado de Partidos Parcial e a Superação do Mandato Representativo ..	308
5.1.3. Um Novo Modelo Adequado à Pós-modernidade. O Mandato Representativo Partidário	311
5.1.4. Realidade Constitucional Brasileira, Estado de Partidos Parcial, Mandato Representativo Partidário e Fidelidade Partidária	321
5.1.5. Inaplicabilidade da art. 15 da CF à Fidelidade Partidária.....	331
5.1.6. Inaplicabilidade dos arts. 45 e 46 da CF à Fidelidade Partidária	333
5.1.7. Inaplicabilidade do art. 55 da CF à Fidelidade Partidária	335
5.1.7.1. Sistemas de Proteção ou de Controle Institucionais	338
5.1.7.1.1. Distinção entre Atividade Partidária e Atividade Parlamentar	339
5.1.8. Da filiação: condição/requisito de elegibilidade	343
5.1.9. Interpretação Constitucional da Fidelidade Partidária: A norma do art. 17, § 1º (institui a Fidelidade Partidária), ante as normas dos arts. 12, caput e par. único; 14, § 32, V; 15, incisos; 55, caput e incisos e §§ da Constituição Federal	349

5.1.10. Da Validade da Norma Estatutária: da Perda do Mandato Parlamentar por Ato de Infidelidade Partidária	356
--	-----

Capítulo VII

Da efetividade do princípio da fidelidade partidária

1. Da Efetividade do Princípio da Fidelidade Partidária: Da Perda do Mandato	367
2. Da Adoção do Mandato Representativo Partidário	371
3. Eleições Proporcionais: Aspectos Relevantes dos Julgados nos Writs	372
4. Eleições Majoritárias, Fidelidade Partidária e a Perda de Cargo Eletivo	376
5. Vacância de Mandato e Substituição: Suplente do Partido ou da Coligação?	381
5.1. Eleições Proporcionais	381
5.2. Eleições Majoritárias	393
6. Extensão da Perda do Mandato por Ato de Infidelidade Partidária	397

Capítulo VIII

Da ditadura intrapartidária

1. Ditadura Intrapartidária	401
1.1. Institucionalização dos conflitos	401
1.2. Importância dos partidos políticos	404
1.3. O Brasil é um Estado parcial de partidos	405
2. Fidelidade partidária	405
2.1. A efetividade do princípio da fidelidade partidária	405
2.2. O novel mandato representativo partidário	406
3. Ditadura intrapartidária e meios de superação	408
3.1. Imunização contra a ditadura (intra) partidária (partidocracia)	408
3.1.1. O fenômeno da ditadura intrapartidária no Brasil	411
3.2. Da necessidade de superação da ditadura intrapartidária	412
3.2.1. Meios jurídicos de superação da ditadura intrapartidária	414
3.2.1.1. Matérias de legalidade passíveis de apreciação judicial	415
3.2.1.2. Dos princípios democráticos	416
3.2.1.2.1. Práticas partidárias ditatoriais: formais e materiais	417
3.2.1.3. Do princípio republicano	422
3.2.1.3.1. Práticas antirrepublicanas	423
3.2.1.4. Dos princípios federativo, da autonomia e da não intervenção ...	425
3.2.1.4.1. Práticas que violam o modelo federativo, a autonomia das instâncias partidárias e o princípio da não intervenção	426
3.2.1.5. Do princípio da legalidade estrita e da justa causa	430
3.2.1.6. Das garantias constitucionais processuais	435
3.2.2. Dos meios políticos de superação da ditadura intrapartidária	437

4. Da aplicabilidade e limites da fidelidade partidária	446
4.1. Sistemas institucionais de proteção ou de controles políticos	447
4.2. Atos partidários e atos legislativos: distinção	447
4.3. Atos legislativos imunes à fidelidade partidária	448
5. Da necessidade de um processo eleitoral específico para a perda do mandato ou cargo eletivo por ato de infidelidade partidária	450

Capítulo IX
Das ações da fidelidade partidária

1. Legislação de regência	453
2. Conceito e natureza da ação	457
2.1. Jurisdição e Competência	458
2.2. Do sistema e processo eleitorais	460
2.3. Da Competência da Justiça Eleitoral	464
2.3.1. Fases do processo eleitoral	466
3. Das ações da fidelidade partidária	469
3.1. Da ação de decretação da perda do mandato ou cargo por ato de infidelidade partidária	469
3.1.1. Da Competência (Resolução TSE nº 22.610/2007)	469
3.1.2. Pressupostos processuais: subjetivos e objetivos	475
3.1.3. Condições da Ação	477
3.1.3.1. Legitimidade das partes	478
3.1.3.1.1. Legitimidade ativa sucessiva e concorrente	478
3.1.3.1.2. Legitimidade passiva e litisconsórcio	485
3.1.3.2. Interesse processual	490
3.1.3.3. Possibilidade jurídica do pedido	492
3.1.4. Das Justas Causas para o desligamento partidário	494
3.1.4.1. Incorporação ou fusão de partido	497
3.1.4.2. Criação de partido	498
3.1.4.3. Mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário	502
3.1.4.3.1. Mudança substancial	502
3.1.4.3.2. Do Desvio Reiterado do Programa Partidário	507
3.1.4.4. Grave discriminação política pessoal	513
3.1.4.5. Da Janela Partidária	517
3.1.5. Decadência	518
3.1.6. Da Sentença e sua eficácia	524
3.1.7. Dos Recursos	525
3.2. Da Ação de Justificação de desligamento (desfiliação) partidário.....	528
3.2.1. Da Natureza jurídica	529
3.2.2. Da Legitimidade ativa	532
3.2.3. Da Legitimidade passiva e litisconsórcio	532

3.2.4. Do Interesse de agir	533
3.2.5. Da Decadência	534
4. Do Mandado de Segurança para apreciar atos partidários	535
4.1. Da Competência da Justiça Eleitoral	535
4.2. Do Cabimento do Mandado de Segurança	539
Capítulo X	
Conclusões	
.....	541
Referências Bibliográficas.....	557
Anexo	
Constituição da República Federativa de 1988	575
Emenda constitucional nº 91, de 18 de fevereiro de 2016.	588
Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995	589
Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.....	613